

FORMAS DE (RE) PRODUÇÃO FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL:

Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade

FORMS OF FAMILY (RE) PRODUCTION IN RURAL SPACE: Peasantry, small farmers e pluriativity

Flamarion Dutra Alves - Geógrafo, Mestre em Extensão Rural, Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Rio Claro. Bolsista do CNPq. dutrasm@yahoo.com.br

Michele Lindner - Geógrafa, Mestre em Extensão Rural, Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Rio Claro. Bolsista do CNPq. michelindner@gmail.com

Suelen De Leal Rodrigues - Geógrafa, Mestre em Extensão Rural, Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Rio Claro. Bolsista do CNPq. slrgeo@yahoo.com.br

RESUMO

Na busca de entender a evolução da categoria, em que o produtor familiar do campo se classifica, se fez uma breve explanação sobre os termos camponês/campesinato, agricultor familiar e pluriatividade. A discussão gerada pela diversidade conceitual sobre o agricultor, nos remete a questões históricas, ideológicas, culturais, sociais e econômicas que fundamentam e qualificam esse agricultor. Desse modo, pretende-se trazer algumas questões e debates para enriquecer e aprofundar as bases teóricas das formas de (re) produção do espaço rural.

Palavras-chave: Produção familiar, Campesinato, Agricultura familiar, Espaço Rural.

ABSTRACT

Na busca de entender a evolução da categoria, em que o produtor familiar do campo se classifica, se fez uma breve explanação sobre os termos camponês/campesinato, agricultor familiar e pluriatividade. A discussão gerada pela diversidade conceitual sobre o agricultor, nos remete a questões históricas, ideológicas, culturais, sociais e econômicas que fundamentam e qualificam esse agricultor. Desse modo, pretende-se trazer algumas questões e debates para enriquecer e aprofundar as bases teóricas das formas de (re) produção do espaço rural.

Key-words: Family Production, Peasant, Small Farmers, Rural Space.

INTRODUÇÃO

As formas de (re) produção familiar no espaço rural derivam de diversas correntes teórico-metodológicas, nas quais tratam o produtor rural de camponês, agricultor familiar ou agricultor pluriativo. Essas diferenças conceituais nos remete ao seu contexto histórico, econômico e geográfico, dessa forma, se fará uma breve leitura dos clássicos rurais Kautsky (1972), Lênin (1985) e Chayanov (1974) a respeito do campesinato europeu do século XIX. Com relação ao campesinato revisitado do fim do século XX e início do XXI é visto na obra de Ploeg (2006) e de autores da Geografia brasileira que defendem uma postura ideológica da categoria “campesinato”, principalmente aqueles que trabalham com reforma agrária e movimentos sociais no campo.

A agricultura familiar no contexto do desenvolvimento agrário é interpretada através de autores como Wanderley (1995) Schneider (1999) e Guanzioli (2001). Estes autores fundamentam a idéia de que um modelo viável para desenvolver o espaço rural, através de equidade social e econômica passa pela agricultura familiar.

Considerações sobre a pluriatividade e multifuncionalidade no espaço rural aparecem em uma seção final do artigo, a intenção de debater essa temática é decorrente do fato, das propriedades rurais familiares não serem mais exclusivamente agrícolas, além das rendas de algumas famílias que vivem no espaço rural advirem de serviços urbanos. Nesse ponto, a discussão sobre ruralidade e urbanidade seria pertinente, mas neste artigo, o objetivo central é apontar algumas questões a respeito das categorias dos produtores rurais familiares.

O CAMPESINATO E AS FORMAS DE (RE) PRODUÇÃO

Contribuições teóricas dos clássicos rurais sobre a questão agrária e o campesinato

Nesta seção do artigo será visto uma idéia geral das obras clássicas de Kautsky, Lênin e Chayanov no que diz respeito à questão agrária, a fim de

elucidar as questões capitalistas na agricultura, principalmente, em relação aos pequenos proprietários rurais e ao campesinato.

A superioridade da grande propriedade na obra de Kautsky

Em sua obra *“A Questão Agrária”* publicada em 1899, Karl Kautsky descreve a influência do capitalismo sobre a agricultura, as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX, além de fazer prognósticos para o novo século que se aproximava, com relação à introdução do capitalismo no campesinato.

A idéia central de Kautsky em sua obra é a tese de que a grande propriedade agrícola é superior tecnicamente e mais eficaz em relação à pequena propriedade e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como conseqüência, a “industrialização da agricultura”. Nesse sentido, a grande propriedade é a melhor “unidade” para desenvolver as atividades capitalistas, logo, a pequena propriedade tende a diminuir ou desaparecer.

Kautsky relata as conseqüências diretas e mais evidentes dos desequilíbrios da produção capitalista, as oscilações e inseguranças que os camponeses enfrentavam ao se inserirem nos moldes do sistema capitalista, ou seja, a dificuldade do camponês em competir com o grande proprietário.

Como conseqüências do capitalismo no campo, ou sinais de sua evolução, podem-se citar os processos de integração agricultura-indústria, a dependência intersetorial, extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida. Esse processo determinou um novo ritmo na vida do camponês e Kautsky (1972, p.26) afirma que “quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica (...) e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”, ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês ter capital para realizar suas atividades.

Kautsky mostra-se plenamente consciente do fato de que no campo as formas de produção capitalista avançam inexoravelmente, e tem bem claro o

problema das repercussões que a concorrência transoceânica tivera nos mercados agrícolas europeus, um processo de competição agrícola que o capitalismo impõe quando se territorializa.

Já prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, Kautsky afirma que: “A grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” Kautsky (1972, p.124). Desse modo, se cria uma integração agricultura-indústria, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, e deixa de ser camponês de subsistência tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado e ficando dependente dos atributos que antes não o tinha e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte. Após essas mudanças, o camponês para Kautsky:

(...) deixa portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (...) lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa (KAUTSKY, 1972, p.128-129).

Mas Kautsky, não deixou de lado as formas pré-capitalistas e não-capitalistas da agricultura, e questionou qual a função destes no interior de uma sociedade capitalista. O que fazer com esses camponeses que não estariam integrados totalmente no sistema? E qual função deles dentro do sistema?

Nesse sentido, ele faz um contraponto entre a pequena e a grande exploração e afirma que “quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” Kautsky (1972, p.129). E faz previsões sobre a pequena propriedade, no qual esta condenada a desaparecer diante da superioridade da grande fazenda capitalista.

As transformações que ocorrem na agricultura com a integração com a indústria torna o agricultor mais vulnerável e dependente do capital, dessa forma Kautsky ao mencionar a transformação na agricultura ressalta que:

Qualquer progresso nesse sentido terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência (KAUTSKY, 1972, p.160).

Kautsky sinaliza para a evolução do modo capitalista na agricultura e que a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria contrariamente da pequena produção. Mas, não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário, a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para a exploração industrial, no qual forneçam matéria prima e que vendam para a indústria para ela revender posteriormente e ainda, como reserva de mão-de-obra para os períodos que a grande exploração precisar de assalariados (KAUTSKY, 1972).

O autor também enfoca o processo de diferenciação social, e, apesar de admitir a superioridade da grande empresa, deixa claro a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar.

Para isso, Kautsky sugeriu que os camponeses se organizassem, em ligas, para superarem essas dificuldades, ou seja, uma organização coletiva do campo, ou organização socialista da produção, no qual poderá um dia resolver seus problemas, através da socialização entre os camponeses, em uma organização social forte para enfrentar o capitalismo agrário.

A desintegração do campesinato em Lênin

Outra obra que marca o estudo do processo de penetração do capitalismo na agricultura é "*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*", publicada em 1899, sob autoria de Vladimir Ilich Lênin, onde é analisada a formação do mercado para o capitalismo, mostrando que a desintegração do campesinato é um processo determinado pelas relações de produção em direção ao

capitalismo, e o autor faz ainda uma análise das conseqüências mais importantes da inserção desse processo na agricultura.

Lênin realizou seu estudo na Rússia e indicou que o processo capitalista estava provocando uma “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” Lênin (1985, p.83), ou seja, a modificação do padrão de produção das propriedades e a necessidade do capital para a sobrevivência do homem no campo.

No capítulo II de sua obra, intitulado “*A Desintegração do Campesinato*” Lênin aborda a situação do camponês frente ao processo capitalista, onde o camponês na economia mercantil fica inteiramente subordinado ao mercado, dependendo tanto para seu consumo próprio como também, para sua atividade agrícola. Essa transformação da desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo.

O processo de desintegração do campesinato foi conseqüência de diversos fatores, no qual Lênin pesquisou em um conjunto de dados sobre “arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado” Lênin (1985, p.94), ou seja, a perda dos meios de produção. Desse modo, através dessas informações ele formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia, que ocasiona um empobrecimento do camponês e afirmou que esse:

Não era antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, (...) que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, (...) é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN, 1985, p.113).

Essas transformações decorrentes do processo capitalista no campo fazem com que ocorram mudanças nas classes sociais rurais, nesse sentido Lênin afirma que:

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem à base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (LÊNIN, 1985, p.114).

Portanto, o estudo de Lênin mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais. Havendo uma oposição de classes, de um lado a burguesia rural e de outro, operários agrícolas. Então “os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil” Lênin (1985, p. 202). Assim, a tese leninista se baseia na desintegração do campesinato, que cria um mercado interno para o capitalismo ocasionando a diferenciação social no campo e um crescimento das grandes propriedades na medida em que se desintegram esses camponeses, ou seja, o desaparecimento do campesinato é inevitável com o avanço do modo de produção capitalista, os camponeses deixariam suas propriedades rurais para trabalhar para a grande propriedade ou nas fábricas nas cidades.

Outra consequência da expansão do capital na agricultura camponesa é junção entre indústria-agricultura, conforme Lênin (1985, p.30) “a união da pequena indústria com a agricultura é a mais típica da economia da pequena burguesia rural”, esse processo se concentra na pequena parcela de camponeses burgueses.

A unidade econômica camponesa em Chayanov

No contexto de reprodução e existência camponesa destaca-se o estudo de Alexander Chayanov na obra “*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*”, publicada em 1925, que constitui um importante referencial sobre a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica.

Chayanov (1974), não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A

circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês, é considerada “marginal” na sua compreensão. O autor parte da necessidade de consumo, subsistência da família para entender o trabalho camponês, a chamada “equação braços e bocas” que é a relação entre membros da família que trabalham, produzem e os membros da família que apenas são consumidores.

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov está baseada nos estudos realizados nas economias de produção familiares russas, no início do século XX. Essa teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital. Nesse caso, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não-capitalista pelo fato, da ausência do trabalho assalariado e pela não acumulação de capital, sendo um modo de produção.

A dinâmica em que a relação consumo-produção em uma unidade familiar seria aumentada deve considerar o número de trabalhadores da família, a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades básicas de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio (CHAYANOV, 1974).

A explicação da racionalidade camponesa para Chayanov é referente a uma diferenciação demográfica, ou seja, o número de trabalhadores - consumidores da família camponesa como nexos explicativos da sua existência. A questão está deslocada para o consumo e número de membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês, um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada

e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo.

Chayanov reconhece que o campesinato está fora do modo de produção capitalista, ele afirma que o campesinato é um modo de produção, pois suas características são: a força do trabalho familiar - unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, a própria família produz seu meio de produção, às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se vêem obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas. Assim, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de um empresário rural no qual investe seu capital recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, gerando lucro. Mas sim, apenas uma simples remuneração que o permite ao mesmo, determinar o tempo e a intensidade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra, força de trabalho e capital. Qualquer distorção nesta relação é compensada pela ocupação da força de trabalho em atividades não-agrícolas complementares ou pela intensificação do trabalho (CHAYANOV, 1974).

Para concluir, Chayanov vê nas cooperativas coletivas as únicas alternativas para introduzir a exploração camponesa no ambiente da industrialização agrícola em grande escala. Assim, para continuar no modo de produção camponesa o meio é através da unidade econômica camponesa familiar e caso ingresse no capitalismo, agricultura-indústria, os camponeses devem se aliar e unir-se em cooperativas.

A inserção do capitalismo na agricultura camponesa sob a ótica dos clássicos rurais

Após as leituras das obras clássicas de Kautsky (1972), Lênin (1985), Chayanov (1974) faz-se uma breve consideração sobre a inserção do capitalismo na agricultura camponesa (Quadro 1).

Analisando Kautsky e Lênin se verifica que nesses trabalhos há uma idéia de que quanto mais se avançam às relações capitalistas no campo, a tendência de que os camponeses e os pequenos proprietários rurais diminuam ou desapareçam, pela lógica da superioridade das grandes propriedades. Logo em seguida, Chayanov ao estudar a unidade econômica camponesa familiar afirma ao contrário, de que o camponês continuará existindo e quanto mais camponeses se associarem ou cooperarem a tendência é se fortalecerem.

Chayanov (1974) defendeu o modo de produção camponesa em sua base teórica, já os estudos marxistas (Kautsky e Lênin) apontam para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Lênin (1985) destacou o conceito de formação econômico-social ao estudar o contexto do desenvolvimento capitalista russo e a presença do campesinato, como visto anteriormente.

Quadro 1- Comparação das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov sobre a questão agrária.

	KAUTSKY	LÊNIN	CHAYANOV
Obra	A questão agrária	O desenvolvimento do capitalismo na Rússia	A organização da unidade econômica camponesa
Lançamento	1899	1899	1925
Idéia central da obra	Superioridade técnica da grande propriedade.	Desintegração do campesinato.	Teoria da unidade econômica camponesa.
Conseqüências para os camponeses com o avanço capitalista	Expansão das grandes fazendas capitalistas, mas não o desaparecimento total da pequena propriedade.	Desintegração total do campesinato em conseqüência da grande exploração capitalista.	Aumento de unidades econômicas familiares.
Destino ou saída para os camponeses dentro do capitalismo	Formação de cooperativas.	Desintegração dos camponeses pobres em favor da burguesia rural,	Manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas.

Fonte: Chayanov (1974), Kautsky (1972) e Lênin (1985).
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Lênin e Kautsky defendem que os pequenos proprietários familiares são conduzidos ao empobrecimento e assalariamento com o desenvolvimento do capitalismo no campo, tendo como conseqüência a falência da pequena exploração em benefício da grande exploração agrícola capitalista, pois essa organização se ajusta melhor no modo de produção capitalista, devido ao tamanho da propriedade e a produção em escala.

Chayanov diferencia-se de Lênin e com relação à base demográfica do rural. O primeiro não via o desaparecimento dos camponeses com a inserção ou penetração do capitalismo no campo, pelo contrário, vislumbrava um aumento dos estabelecimentos de economia familiar. Diferentemente de Lênin, no qual, sua teoria baseava-se na desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, seu desaparecimento no decorrer do processo capitalista.

O campesinato revisitado

O avanço do capitalismo no espaço agrário não acabou com as formas camponesas, contrariando os estudos de Kautsky e Lênin, mas sim se metamorfoseou com adaptações as necessidades e emergências atuais. A busca pela autonomia e independência dos agricultores é vista como um processo de *recampesinização* por alguns autores, como Ploeg (2006). O termo *recampesinização* descrito por Ploeg é entendido como:

um processo através do qual a autonomia é novamente criada, uma autonomia que é simultaneamente convertida em novas formas de desenvolvimento, em novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego e maiores níveis de autonomia (PLOEG, 2006,p.44).

Nas discussões de Ploeg (2006) a respeito do termo camponês, ele entende que se deve ir além do dualismo entre camponês e agricultor capitalista, pois existem diversas formas (figura 1) de categorias de produtores

rurais. Percebendo que “a agricultura camponesa não é um obstáculo para o desenvolvimento” (PLOEG, 2006, p.14), pois a diversidade produtiva e as relações sócio-culturais são completamente diferentes da situação capitalista e empresarial.

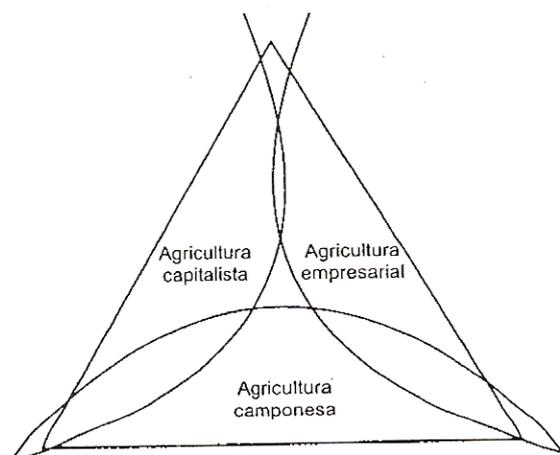


Figura 1 – Diferentes mas interligados modos de produção.
Fonte: PLOEG (2006, p.17)

Ao tratar do significado de desenvolvimento se discute suas diversas dimensões, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou ambientais. Nesse caso, a agricultura camponesa é a que se mantém em um equilíbrio entre esses elementos, não utilizando intensivamente aparatos mecânicos, químicos e biológicos, além de preservar patrimônios simbólico-culturais das populações rurais e de diversificar suas matrizes produtivas, dando rentabilidade e segurança alimentar.

Com base em Ploeg (2006) a co-existência dos modos de produção capitalista e empresarial não faz desaparecer a agricultura camponesa, e sim sua reconfiguração inserindo novos elementos em sua dinâmica, mas mantendo sua condição camponesa (tabela 1), ou seja, seu contexto social, simbólico, cultural de autonomia e externo às cadeias produtivas.

Esse processo não reflete aos antigos modos de vida, que habitavam lugares distantes e que produziam apenas e exclusivamente para subsistência. Mas sim, novas dinâmicas para a agricultura camponesa, primando pela autonomia e liberdade de trabalho, ou seja, não se vinculando em empresas

agroindustriais que ditam as regras e normas de produção, além de se tornarem dependentes dos meios de produção.

A inserção do capitalismo na agricultura não fez desaparecer o campesinato para Moreira (1999):

(...) não quero dizer que o campesinato, nessas condições, é eliminado totalmente e sim que a posição relativa que assume o campesinato nas mais diversas formações sociais depende das condições econômicas e políticas nas quais se desenrolam a resolução das contradições específicas dos capitalistas fundiários e dos capitalistas industriais (MOREIRA, 1999, p. 98).

Tabela 1 – Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial.

Modo Camponês	Modo Empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produção e co-evolução são centrais	Desconexão em relação à natureza; "artificialização"
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização)	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilização
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho	Aumento de escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas
Riqueza social crescente	Contenção e redistribuição da riqueza social

Fonte: PLOEG (2006, p.30).

No Brasil, uma forte corrente de autores e pesquisadores do rural vêm utilizando e defendendo a categoria camponês, a partir da década de 1990, principalmente aqueles envolvidos com os movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Fernandes (1999)¹, Oliveira (1999)² e Paulino (2006)³ defendem uma postura teórica em que o campesinato deve ser entendido como uma categoria independente

economicamente e autônoma dos grandes grupos agroindustriais e do mercado.

No entanto, uma leitura por esse viés do isolamento dos mercados e das formas capitalistas força um ostracismo das populações rurais com o acesso aos mercados consumidores e bens materiais de consumo. Desse modo, a categoria camponês é para essa autores uma peça para o processo de desenvolvimento rural sustentável, apesar da baixa integração com os centros urbanos e agroindústrias, pois os agricultores devem produzir para subsistência e comercializar apenas o excedente.

A CATEGORIA AGRICULTOR FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Quando se trata das categoriais de produtores rurais no Brasil, se deve falar na organização e ocupação do espaço agrário em suas diferentes regiões e nos seus diferentes momentos. Não é objetivo desse artigo fazer leitura evolutiva da estrutura fundiária e das organizações sociais no campo brasileiro⁴, mas sim, entender situação dos produtores familiares no contexto do desenvolvimento agrário brasileiro.

Uma estrutura fundiária menos concentrada e mais igualitária com minifúndios⁵, pequenas propriedades e médias propriedades são encontradas na Região Sul e Sudeste devido ao processo de colonização e ocupação do território. Nessa região, a agricultura familiar é fortemente presente, com pequenos lotes e são altamente integrados com os setores industriais (aves, suínos, fumo, leite, etc.) e aos centros urbanos, que são próximos uns dos outros devido à estrutura fundiária desconcentrada.

Fora a Região Centro-Sul, o predomínio de médias e grandes propriedades é evidente e o “desenvolvimento” do espaço rural se dá por meio do agronegócio e a monocultura. Sobre essa dificuldade dos agricultores familiares Guanzioli (2001, p. 28) diz que “Ao longo de toda história do país, as oligarquias rurais bloquearam o livre acesso às terras devolutas e quaisquer

alternativas que pudessem levar a ascensão social da grande massa de população rural e urbana”.

No estudo de Wanderley (1995) sobre a agricultura familiar ela diz que há uma certa limitação dos resultados finais:

(...) parece evidente que há fortes restrições ao funcionamento da agricultura familiar no Brasil. Mesmo os agricultores mais bem dotados de recursos produtivos não ultrapassam um certo limite, definido, antes de mais nada, pelo acesso à terra, condição que parece necessária ao próprio exercício da profissão de agricultor (WANDERLEY, 1995, p. 55).

Para Wanderley (1995, p. 56) “o acesso à terra, que é o eixo central, constitui a base para a prática da diversificação das atividades produtivas e para a absorção do trabalho familiar no estabelecimento”, ou seja, o processo de ocupação e colonização do Brasil foi determinante para a organização do espaço agrário, delineando uma estrutura fundiária desigual e concentrada⁶ acarretando em profundas desigualdades sociais e econômicas.

Porém, a agricultura familiar tem papel importante na sociedade atual, no sentido de desenvolver as populações rurais e proporcionar as populações urbanas uma diversidade dos alimentos⁷ e barateamento dos produtos. Dessa forma Guanzioli (2001, p.16) diz que “os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos de mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem eficientemente podendo, portanto, produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial”.

O mesmo autor mostra em exemplos europeus, no Japão e Estados Unidos a importância da agricultura familiar tanto para o caráter econômico como social, “a história da agricultura nos países capitalistas avançados mostra que (...) as vantagens das empresas familiares sobre as empresas capitalistas foram maiores” (GUANZIROLI, 2001, p.22).

A agricultura familiar tem maior poder de resistência a crises econômicas, devido a diversidade produtiva, não se atrelando a um único produto, nesse sentido Guanzioli (2001,p.23) ressalta que “a diversificação do sistema produtivo pode elevar o rendimento total por unidade de área agrícola, uma vez

que seja projetado para obter as sinergias que surgem da integração da agricultura com a pecuária, das rotações de culturas”.

Embora a forma familiar seja afetada e de certo modo condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, ela tem revelado capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias que vêm garantindo sua reprodução social, através da diversificação de suas atividades (SCHNEIDER, 1999). O autor ainda destaca a valorização do trabalho familiar nos estabelecimentos rurais, onde descreve as várias atividades não-agrícolas realizadas pelos agricultores familiares.

PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE RURAL: Tendências para a reprodução socioeconômica no rural

O debate sobre a multifuncionalidade e pluriatividade na agricultura, que se aprofundou no fim da década de 1990, vem propiciar algumas reflexões sobre o rumo das unidades familiares no espaço rural. Depois de não desaparecer, conforme as teorias marxistas apontavam, os camponeses se recriam ou se reproduzem com a inserção do capitalismo na agricultura, o uso do termo agricultor familiar é considerado por alguns pesquisadores, como um produtor agrícola voltado para o mercado e inserido totalmente no sistema capitalista.

Após algumas pesquisas (SCHNEIDER, 1999; SILVA 1999) foi constatado em trabalhos com produtores familiares do Rio Grande do Sul e Paraná respectivamente, que os agricultores familiares obtêm renda das atividades agrícolas e não-agrícolas, essas rendas advindas da produção não-agrícola é interpretada como pluriatividade, e esse processo maior é entendido como a multifuncionalidade do espaço rural, ou seja, as atividades desenvolvidas pelos agricultores não são somente agrícolas.

O estudo de Graziano da Silva et alii (2002, p.63) sobre o *Novo Rural Brasileiro*, trata em síntese, da diversidade de atividades no meio rural e que “é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias”. O espaço rural deve ser analisado através de suas múltiplas funções e atividades variadas,

como Silva et alii (2002 p.64) afirmam que “O traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede sua generalização de situações locais específicas”.

A respeito das políticas públicas adotadas no espaço rural, Silva et alii.(2002) elaborou um paralelo entre as antigas e as novas formas de políticas para o desenvolvimento rural (Figura 2). Cujas nas velhas políticas, o foco principal era a centralidade agrícola, ou seja, meramente produtivista e economicista. Na nova política, há uma atenção maior as múltiplas facetas, a heterogeneidade de funções do rural. O rural não é mais visto como um “celeiro de produção” e sim como um espaço de atividades humanas, no qual a produção agrícola é uma dessas atividades.

A partir desse ponto entramos na questão da ruralidade, onde Carneiro (1998, p.56) afirma que “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola (...) à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade”. Desse modo, as políticas públicas, devem estar voltadas para essa heterogeneidade de pessoas e de atividades no campo, não generalizando mais o rural como eminentemente agrícola e sim como um complexo de atividades.



Figura 2- Foco das velhas e novas políticas de desenvolvimento rural.
Fonte: SILVA et alii (2002)

Conforme Carneiro (1998), a pluriatividade diz respeito a uma multiplicidade de atividades, que criam uma nova dinâmica no espaço rural. Esta dinâmica se insere no contexto da multifuncionalidade do território. A correlação entre multifuncionalidade e pluriatividade é estabelecida num contíguo em que a expansão de atividades não agrícolas tem ajudado na preservação ambiental, diminuição do êxodo rural, melhoria social, por conseguinte, atingindo um desenvolvimento local.

A respeito dessa heterogeneidade do espaço rural Maluf (2003, p.136) ressalta que “é preciso levar em conta os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos na produção agroalimentar, no contexto da elevada heterogeneidade e desigualdade social que caracteriza o mundo rural no Brasil”.

Neste estudo de Maluf (2003, p.136-7) ele caracterizou quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira “a)reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; d)preservação dos recursos naturais e da paisagem rural”.

Para o autor, um fator que demonstra a necessidade dos agricultores familiares em desenvolver outras atividades, se deve ao limitado espaço que é dado para essa categoria, enquanto que os latifúndios e grandes propriedades dominam o território nacional, assim, a reforma agrária e a regularização fundiária deve ser implementada ao mesmo passo que as políticas públicas devem valorizar os agricultores familiares e não somente, o agronegócio e as monoculturas desenvolvidas por grandes grupos agroindustriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto sobre campesinato, agricultura familiar e pluriatividade é tão complexo quanto à heterogeneidade do espaço rural brasileiro. As diferentes características do território nacional, quanto à colonização, estrutura fundiária, condições geográficas, etc., permitem dizer que existem as três categorias que foram discutidas nesse artigo.

Quando um agricultor apenas produz para subsistência não está decretado que ele não é desenvolvido, deve haver motivos para ele não ir além desse tipo de produção, sejam eles geográficos (solo, clima, relevo...), assistência técnica, políticas públicas (crédito), tamanho da propriedade, distanciamento dos consumidores / centros urbanos. Assim, aquele camponês autônomo e não vinculado a empresas agroindustriais está presente no Brasil, porém, vale discutir se esse ator social está satisfeito com sua condição na sociedade atual de produtor para subsistência.

Para o agricultor familiar que apenas produz para as empresas agroindustriais e necessita comprar alimentos, este pode passar por dificuldades conforme o andamento da produção, pois sua renda depende exclusivamente dos contratos firmados com as empresas e qualquer contratempo ocorrido na produção acarretará na perda de capital e possível endividamento.

Analisando estes casos verifica-se a importância do agricultor familiar desenvolver sua própria subsistência, além de buscar com empresas ou em atividades não-agrícolas a ampliação da renda. Conforme Maluf (2003, p.150) “a noção de multifuncionalidade da agricultura permite uma abordagem articulada entre agricultura e desenvolvimento local, ao estabelecer uma ponte entre a atividade agrícola e o território e também ao realçar seu papel na manutenção do emprego nas zonas rurais”.

Portanto, o enfoque multifuncional da agricultura estimula a diversificação produtiva dos alimentos, além de contemplar suas inúmeras funções como o desenvolvimento local, equidade socioeconômica, diversidade sociocultural, preservação ambiental e da heterogeneidade do espaço rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Maria J. “Ruralidade: novas identidades em construção”. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.11,p.53-75. Out. 1998.
- CASSEL, Guilherme. Agricultura familiar: escolhas e desafios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2007. Tendências / Debates, p. a3.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

GUANZIROLI, Carlos. E. et.al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

PLOEG, Jan D. V, der. O modo de produção camponês revisitado. p.13-54. *In*: SCHNEIDER, S. (Org.) **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. p.135-152. *In*: CARNEIRO, Maria J. & MALUF, Renato S. (orgs) **Para Além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MOREIRA, Roberto J. **Agricultura familiar: Processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, José G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed.Campinas: UNICAMP 1999.

SILVA, José G.; DEL GROSSI, Mauro ;CAMPANHOLA,Clayton. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. *In*: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v.19;n.1 p.37-67. Jan-Abr, 2002.

WANDERLEY, Maria de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. p.37-57. *In*: **Reforma Agrária**. n.2 e 3, v.25, maio-dez, 1995.

¹ FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

² OLIVEIRA, A. U. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (Ed.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

³ PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

⁴ Sobre esse assunto ver em “LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981”.

⁵ Segundo a classificação do INCRA, as propriedades rurais são classificadas de acordo com os módulos fiscais, que variam de acordo com a região.

Minifúndio: Menos de 1 módulo fiscal; Pequena Propriedade: De 1 à 4 módulos fiscais; Média Propriedade: De 4 até 16 módulos fiscais; Grande Propriedade: Mais de 16 módulos fiscais.

⁶ Na região Centro-Sul essa concentração fundiária é menor que no restante do país, se contrapondo com milhares de unidades familiares.

⁷ Vale lembrar que certos alimentos só são produzidos pela agricultura familiar, devido à rotina e aos tratos no seu sistema produtivo. Conforme Cassel (2007) “a agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras”.

Artigo encaminhado para publicação em setembro de 2008.

Artigo aceito para publicação em novembro de 2008.

ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.

WWW.geouerj.uerj.br/ojs